

## **MOÇÃO DE PROTESTO E REPÚDIO Nº 001/2021**

### **MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O PL 467/2021 EM FACE DOS MEMBROS DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.**

Os Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São João da Urtiga - RS, através da autoria do vereador Rafael Remussi, aprovaram em data de 20 de dezembro de 2021, por **UNANIMIDADE**, a Moção de Apoio a luta dos Profissionais do Magistério contra o PL 467/2021 alcunhado pelo Governo Estadual.

Na data de 08 de dezembro do presente ano o Governo do Estado do Rio Grande do Sul enviou para a Assembleia Legislativa o PL 467/2021, sob a justificativa de estar cumprindo a lei do piso do magistério. Ocorre que não podemos deixar a categoria dos profissionais da educação amargar por uma série de medidas que vão aprofundar e prejudicar ainda mais, assim como já ocorrera no início de 2020, quando da reforma do plano de carreira dos professores, o que se observa é que o reajuste será, mais uma vez, pago com o próprio salário dos professores, na medida em que será absorvida a parcela de irredutibilidade no subsídio, tornando o reajuste inexistente.

Cabido informar que quando da edição da Lei 15.451/20, que alterou a Lei 6.672/74, houve uma reformulação no sistema remuneratório dos professores, o valor do subsídio mensal passou a ser composto pela soma do vencimento básico, do completo do piso e das vantagens temporais de cada servidor, quem tinha mais tempo de serviço, e, portanto, mais vantagens temporais, teria uma parcela maior.

O que o Governo Estadual tenta fazer agora, com a absorção da parcela da irredutibilidade no subsídio, já tinha previsão no Projeto de Lei enviado pelo Governo em 2019, o que fez com que a categoria após muita

pressão junto aos deputados, inclusive com a realização de uma das maiores greves dos trabalhadores em educação do Estado.

Se aprovadas as alterações, quem pagará o preço será o próprio professor. Teremos, em nosso Estado, um caso único em sua infâmia. Isso porque o Governo fará com que a parcela irredutibilidade será absorvida no subsídio, fazendo com que grande parte dos professores, especialmente os aposentados que têm mais tempo de carreira, não tenham absolutamente nenhum reajuste.

É inaceitável que recaia nos ombros de quem recebe os menores salários e pensões a conta da má gestão de diversas gestões do Governo do Estado, pois será inevitável a queda de qualidade do ensino prestado em nossas escolas. O Governo demonstra não ter compromisso com a categoria, que desvaloriza os aposentados e demonstra não respeitar princípios constitucionais como da isonomia, da boa-fé e da qualidade dos serviços públicos.

Também há de se considerar os efeitos do aprofundamento do arrocho salarial na economia local e na subsistência das famílias de professores e servidores de escola que escolheram a nossa cidade para trabalhar, viver e sonhar;

Diante do exposto, devemos ter por prioridade a valorização dos professores, sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemos.

São João da Urtiga - RS, 17 de dezembro de 2021.

---

**RAFAEL REMUSSI**  
**VEREADOR AUTOR**